

A PROPÓSITO DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA EM PORTUGAL

1. *Livros recentes acerca da demografia portuguesa.* — A população portuguesa foi recentemente focada através de vários estudos que acusamos, em conjunto, para informação dos leitores alheios a esta matéria: *Mobilidade Geográfica da População de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes)*. *Migrações Internas 1921-1960*; *O Crescimento Regional em Portugal. Análise da Sua Distribuição*; e *Aspectos Regionais da Demografia Portuguesa*. São assinados, respectivamente, por ALBERTO ALARCÃO, ARMANDO TRIGO DE ABREU e LUDOVICO MORGADO CÂNDIDO, tendo sido editados, pela primeira vez, em Lisboa, em 1969.

Um estudo comparativo dos três livros tornar-se-ia, se não inviável, incoerente, tal a disparidade de ópticas e de perspectivas que abrem,

(¹⁸) Ver p. 304.

(¹⁹) Ver p. 340.

(²⁰) Ver p. 348.

sendo certo também que os períodos analisados nem sempre se poderiam ajustar. MORGADO CÂNDIDO apresenta o de menor âmbito (1950-1960), sem contar com outros distorcidos em relação a ele (1959-1963, por exemplo), quando fraqueja a sua confiança nos elementos esclarecedores de uma situação momentânea que lhe interessou apreender. Já TRIGO DE ABREU se baseia num intervalo de tempo (1940-1960) que caberia relacionar com uma fracção do que foi considerado por ALARCÃO, uma vez que este detectou que a dinâmica demográfica das migrações em Portugal acusa um decisivo influxo a partir de 1940. Contudo, a óptica pela qual TRIGO DE ABREU encarou a população — e não toda, mas somente a «residente activa com profissão» — exclui a possibilidade de um confronto integral naquele sentido. Como o título indica, o seu móbil foi a definição, em termos de economia, do crescimento regional de padrão distrital no período considerado e nos decénios em que ele o decompõe; a população interessa, pois, somente como indicador (¹). Como a sua mobilidade é, todavia, reflexo das situações económicas, propomo-nos não perder de vista as conclusões no apuramento que iremos fazer das de ALARCÃO, por serem estas as que, de entre todas, se referem a um fenómeno encarado numa perspectiva temporal suficientemente ampla para compreender as suas tendências precisas. Deste ângulo, o livro de TRIGO DE ABREU dá menores possibilidades, mau grado a segurança e o brilho com que foi conduzido o método analítico, aliás difícil de abordar por cientistas alheios à expressão matemática. Como o autor reconhece, não transcende o «carácter de suporte empírico a futuras elaborações conceptuais», que não está no nosso ânimo intentar. Com mais forte razão, não apreciaremos o livro de MORGADO CÂNDIDO. Salientemos no entanto que ele faculta uma importante massa de dados estatísticos, muitas vezes trabalhados de forma a ter permitido cartografar os resultados ao nível dos distritos e dos concelhos. Como, além disso, estão apresentados em anexo, são passíveis de outras elaborações, se se tiverem em conta os ensinamentos de carácter didáctico muito frequentemente expressos ao longo do trabalho.

Analisemos, portanto, o estudo de ALARCÃO.

2. *Apuramento e crítica do estudo de ALBERTO ALARCÃO.* — Após dois curtos capítulos introdutórios, o primeiro designado por «Fontes de Informação e Critérios de Apuramento» e o segundo por «Metodologia», o autor apresenta os resultados a que o conduziu o seu método ao nível do país (Continente e Ilhas), ao nível dos distritos que o compõem e ao dos concelhos que constituem estes, isto é, unidades sucessivamente consideradas em ordem a uma compreensão tão concreta quanto possível. No primeiro caso, aplica-se ao somatório dos

(¹) «Quando se analisa o crescimento económico de determinado espaço geográfico através da respectiva população activa, supõem-se atendidas determinadas premissas:

1 — População activa residente é expressão correcta do emprego ou ainda medida exacta do factor trabalho na actividade económica.

2 — Variações da população activa residente implicam variações de igual sentido no crescimento económico do espaço considerado.» (pp. 55-56.)

concelhos tomados indiscriminadamente; no segundo, ao dos concelhos de cada distrito, começando, por isso, a distinguir-se, no espaço e a uma tal escala, os problemas que tinham sido detectados à escala do país; no terceiro vai-se mais longe: aprecia-se cada concelho individualmente, visando uma classificação que os agrupe pela semelhança de características, o que conduz o autor a cartografar os resultados de modo expressivo.

Em linhas gerais, tal método consiste no reconhecimento dos saldos migratórios pela subtracção dos saldos fisiológicos à variação decenal da população presente, com quatro opções: saldos respeitantes a Homens, a Mulheres, a Homens + Mulheres e aos dois sexos indiscriminadamente. Os decénios considerados são quatro, a partir de 1920, uma vez que, cingido aos recenseamentos, além de registos de nascimentos e óbitos, o autor não pôde exceder, na análise, a data de 1960. Também por isso não pôde detectar os destinos das pessoas que saem nem a proveniência das que entram num distrito ou num concelho. Reconhece, aliás, que o seu trabalho resulta numa estimativa com certa margem de erro, porque o saldo migratório que se apura e a que se chama atracção, se for superior a zero, ou repulsão, se for inferior, poderia ser ainda decomposto algèbricamente, no caso de haver elementos disponíveis nesse sentido. E isto porque um mesmo concelho pode ser sede de movimentos de atracção e de repulsão, consoante os locais considerados, o que se não apura por esta via. Só ao nível do distrito, concebendo um esquema que exprima as possíveis combinações de saldos migratórios (gráfico 4, p. 54), apurados em derivação de modelos muito simples (pp. 52 e 53), se podem classificar as migrações internas consoante o seu destino for o puro e simples abandono ou a mudança de um para outro concelho. No primeiro caso temos as interdistritais e as intradistritais no segundo. Substituiu-se deste modo o real pelo modelo de que o autor reconhece a insuficiência na determinação rigorosa dos fenómenos. A p. 119 afirma: «lamentando a impraticabilidade do recurso a métodos mais directos de apuramento [...], espera-se a todo o tempo poder confrontar o valor da informação agora carreada com a que resulte de outras vias de análise demográfica».

A utilização de modelos, bem como a de critérios básicos, permite-lhe também libertar-se da pobreza de apuramentos e formular os problemas fundamentais postos pela dinâmica demográfica portuguesa, ao longo desses quarenta anos: o êxodo rural, propulsionado pelos centros urbanos; a hierarquia destes nas atracções que exercem; a emigração e o volume das sangrias ou dos afluxos nos efectivos concelhios globais das populações (presentes) que suportam o fenómeno considerado na data-base do decénio. Neste último caso, mede-se então, em permilagem, a proporção que neles têm as atracções ou as repulsões e chamam-se-lhes *frequências*, respectivamente positivas ou negativas.

Tudo isto assenta na distinção entre *centros urbanos* e *campos*. O autor aceitou, na determinação dos primeiros, o critério quantitativo que o Instituto Nacional de Estatística define no X Recenseamento

Geral da População e o administrativo relativamente às sedes de distrito que não atinjam o número considerado mínimo (dez mil habitantes). *Concelhos urbanos* são assim os que comportam pelo menos um centro urbano, e o conhecimento dos somatórios dos seus saldos permite deduzir o dos concelhos não urbanos. A repulsão diminuída de atracção, neste caso, equivale o êxodo que se admite ter por meta o alcance dos centros urbanos e o dos mercados de trabalho estrangeiros. A componente que a primeira representa, como motor da «desertificação» do mundo rural, aprecia-se facilmente pelas percentagens do êxodo de mecanismo interno relativamente à repulsão total nos sucessivos decénios considerados:

81,8 p. 100 em 1921-1930.

83,1 p. 100 em 1930-1940.

56,2 p. 100 em 1941-1950.

11,1 p. 100 em 1951-1960.

Fácilmente se percebe que as quebras sucessivas a partir do segundo decénio «de algum modo põem em causa o processo e o ritmo da urbanização da sociedade portuguesa», conduzindo «ao apagamento relativo do êxodo rural em Portugal, em benefício do Ultramar e do Estrangeiro»: vale dizer, da emigração, a outra componente da desertificação. Efectivamente, as cidades portuguesas do interior, a partir de 1931-1940, como que abdicam de absorver as populações que abandonam os campos. Nesse período, os somatórios das repulsões, verificadas no País, atingem respectivamente os valores máximo e mínimo nos quatro decénios considerados. Assim, em 1 676 131 indivíduos decompostos em 249 726, 200 201, 346 000 e 874 448 sucessivamente repelidos, enquanto 52,5 p. 100 correspondem de facto ao último contingente, 11,9 p. 100 correspondem ao segundo (p. 73). Em contrapartida, em 911 581 indivíduos correspondentes aos somatórios de atracção e decompostos em 232 200, 262 465, 220 190 e 196 812, o último e o segundo contingente pouco diferem, em percentagem, entre si e dos restantes (p. 80), mas ainda assim cabe ao terceiro a maior: 28,7 p. 100. ALARCÃO pensa que esta atracção em 1931-1940 incorpora *emigrantes retornados*, possivelmente, ao que supomos, como reflexo da anterior crise económica mundial. Desse retorno aproveitam, mais do que os campos, as cidades, porque apresentavam maiores perspectivas de investimento do capital conseguido, entretanto, no estrangeiro.

Mas a pormenorização crescente no espaço corresponde à tentativa do autor em «regionalizar» os aspectos fundamentais da demografia portuguesa, sob o ângulo em que a analisa. Ao nível do distrito, e ainda no âmbito do intervalo total de tempo, nota-se que, depois de 1931-1940, se quebra o incremento das migrações intradistritais que ocorrera nesse decénio, «como se alguns pólos regionais de atracção houvessem perdido parcialmente o seu poder de captação de gentes» (p. 122), revelado entretanto. Inversamente, as únicas migrações interdistritais que se afirmaram com carácter de continuidade foram as

que disseram respeito a Lisboa, Setúbal e, até 1950, ao Porto. Todos os outros distritos apenas jogam rara e episódicamente, com maior generalidade no intervalo de 1931-1940.

Os primeiros dos que salientámos são na verdade os que têm, além do mais, uma enorme capacidade de fixação interna das próprias repulsões, no que são seguidos, a larga distância, pelo do Porto e pelo de Angra do Heroísmo. A capacidade dos restantes é fraca ou nula, conforme se trata daqueles cujas capitais se situam na fachada marítima do Noroeste e na algarvia — Santarém, Aveiro, Leiria, Coimbra e Faro, por ordem decrescente — ou, pelo contrário, no interior do País, com excepção de Bragança, único caso aberrante⁽²⁾ a inserir no grupo precedente. Aqueles, além de Évora, foram os que vieram ocupando posição mediana nas sangrias, medidas em permilagens, e no mesmo intervalo de tempo total (7,5 a 10 p. 100). As posições mínimas «escalonom-se entre 12,18 p. 100 (a de Braga) e 20,53 p. 100 (a da Guarda). O Porto, com 4,43 p. 100, faz a transição para os distritos «atractivos» de Lisboa e de Setúbal. Começa assim visivelmente a *extremar-se*, para usar a expressão do autor, «o litoral e o interior, a planície e a montanha, a cidade e o campo [...], em termos de atracções e de repulsões geográficas» (p. 116).

Todavia, considerar distritos exclusivamente atractivos ou repulsivos é abstrair de uma realidade complexa, de que ele procura aproximar-se considerando os quocientes entre os saldos respectivos; os máximos e os mínimos no intervalo de tempo completo são:

Máximos		Mínimos	
Angra do Heroísmo	0,5	Porto	0,9
Évora	0,27	Setúbal	3
Coimbra	0,25	Lisboa	9,3

Nos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Castelo Branco e Vila Real intensificam-se os ritmos de repulsão entre 1951 e 1960, que é precisamente o período em que, pela primeira vez, os de Lisboa e do Porto perdem efectivamente gente. Por si só, uma tal coincidência de rumos destes dois últimos distritos parece-nos eliminar qualquer hipótese de que um deles possa beneficiar do declínio do outro, pelo que não podemos estar de acordo com a afirmação, exarada a p. 112, de que se volta «a tendência ao apagamento [...] das atracções da Zona Norte em nítido benefício das correntes humanas que vêm procurar os termos de Lisboa». Entretanto, e de qualquer modo, apenas Setúbal é persistente no desenvolvimento do ritmo de atracção. O autor progride decididamente nas sondagens, guiado pela percepção de que existem «centros polarizadores da actividade económica e das migrações humanas»

⁽²⁾ O autor salienta tratar-se de perspectivas alcatórias de emprego em construção de barragens no troço internacional do Douro.

(p. 163) no interior destes distritos. Entra assim na análise dos conteúdos concelhios.

Os mapas conseguidos falam por si, ilustrando amplamente as conclusões que se podem extrair deste estudo e que o autor, a par e passo, vai subscrevendo. Assim se exara que a «repulsão demográfica é um fenómeno espacialmente difuso em Portugal e a atracção reveste características de concentração geográfica» nas áreas de Lisboa e do Porto, expandidas já a sul dos rios que marginam aquelas cidades.

Pelos mapas 9, 10, 11 e 12 da obra se percebe como o decénio de 1931-1940 foi de facto perturbador na continuidade da tendência para definir o Norte interior e oriental como um centro de divergência de gentes que se aligeira em direcção ao Porto, onde as frequências positivas ainda assim nunca são muito importantes. Relativamente ao Sul, verifica-se que 1931-1940 introduz o início do êxodo. Nos decénios seguintes, este cresce espectacularmente, a um ritmo de progressão geométrica, até que, no último, Beja surge como centro dispersivo da ordem do da Guarda, aligeirando-se em direcção à zona de Lisboa, onde os estuários do Tejo e do Sado se mostram sempre interiores à curva zero, apesar da variabilidade desta de uns para outros mapas. Aliás, nos que, na obra, lhes são precedentes — 5, 6, 7 e 8 — detecta-se facilmente um fenómeno a relacionar com aquele que nestes mapas acabamos de ler. Em 1931-1940 crescera a atracção nos concelhos do Norte do País que, de um modo geral, abrigam as sedes de distrito, enquanto nos que lhe equivalem, no Sul, começara a retrair-se, o que define, embora vagamente, a localização das terras de origem dos retornados apontados atrás e a que talvez não seja estranho o investimento do dinheiro apurado pelos volframistas na construção civil e no comércio urbano. Em 1941-1950, uma tal tendência evolui, no sentido da do decénio anterior, no Alentejo e no Algarve e, em sentido contrário, no Norte interior e oriental. Em 1951-1960, porém, ambos os blocos se solidarizam no sentido da repulsão. Bloqueiam-se de facto os pólos de atracção demográfica, exceptuando os da orla litoral que antes se tinham começado a afirmar desse modo, embora titubeantemente.

Estes dois últimos decénios ganharão portanto expressão se verificarmos quais foram os sectores de actividade mais representativos do país em cada um deles. Segundo TRIGO DE ABREU, na *ob. cit.*, 1940-1950 foi o decénio do crescimento da indústria transformadora a taxa média anual cumulativa que excedeu a do crescimento global do País⁽³⁾: 3,7 p. 100 contra 1,8 p. 100 correspondente à da construção civil e obras públicas, 1,4 p. 100 à dos serviços e 0,7 p. 100 à das actividades do primário. Foi nomeadamente o decénio de desenvolvimento da fase da indústria conserveira nos concelhos litorais, que CARMINDA CAVACO provou ter-se desencadeado entre 1938-1941⁽⁴⁾. Foi também

⁽³⁾ Pode ver-se, a propósito, a distribuição sectorial, por distrito, das taxas médias anuais cumulativas dos períodos de 1940-1950 e 1940-1960 exaradas a p. 69 do livro de TRIGO DE ABREU.

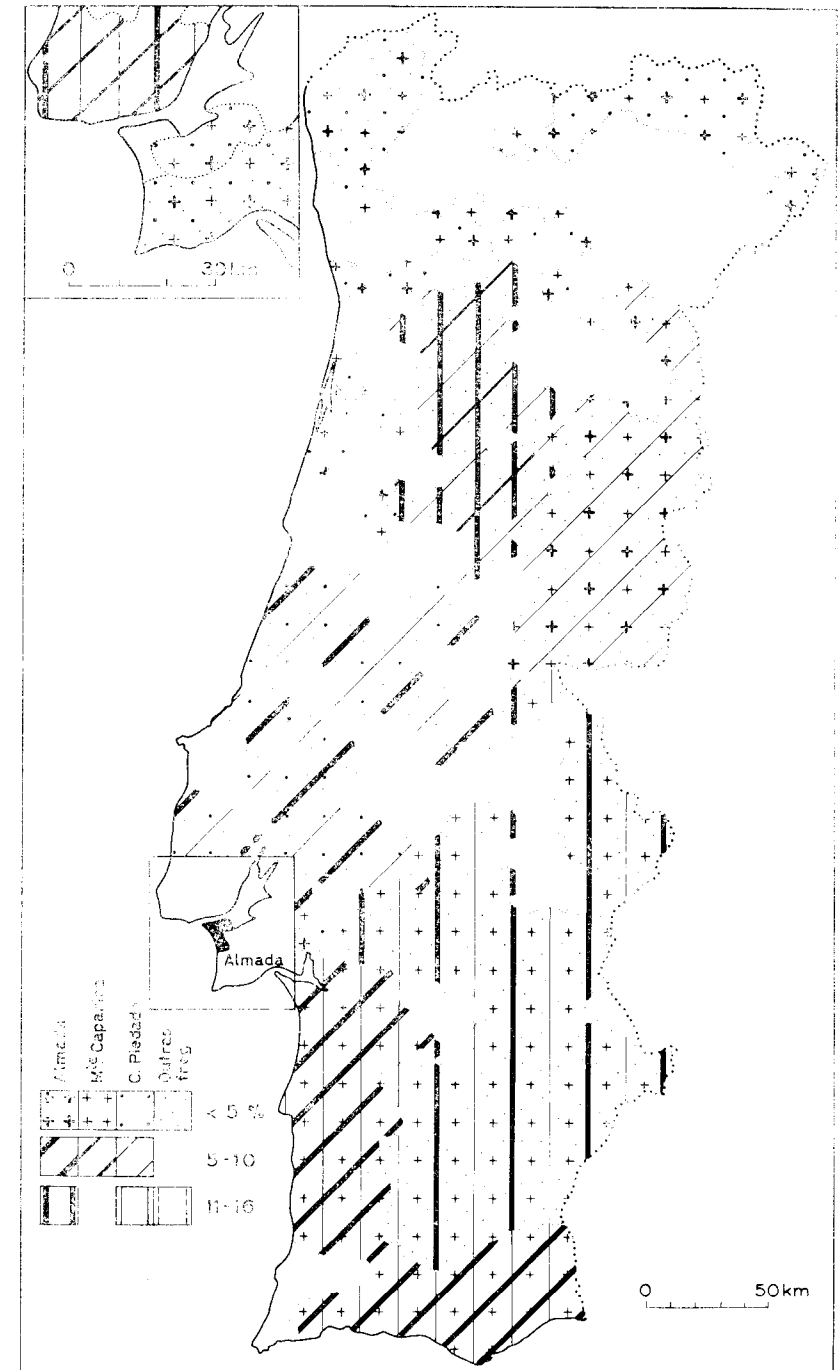
⁽⁴⁾ «A Pesca e a Indústria de Conservas de Peixe em Portugal», *Finisterra*, IV, 7, p. 146.

o da renovação da indústria corticeira, durante a guerra de 1939-1945, que espacialmente incidiu nos concelhos litorais, onde a localização se explica em grande parte em função de portos exportadores. Mesmo às cidades interiores do Sul, deveria ter entretanto começado a afluir a população em êxodo dos campos limítrofes, à medida que foi fracassando a campanha do trigo. Nada porém que se compare às atracções correspondentes às das áreas de Lisboa e do Porto, constituídas, em qualquer dos casos, por conjuntos de concelhos de comportamento, neste aspecto, solidário: os limítrofes, de um e outro lado do Tejo. Efectivamente a distribuição distrital das taxas de crescimento mais elevadas foram de 3,6 p. 100 em Setúbal e entre 2,3 p. 100 e 1,8 p. 100 relativamente a Lisboa, Évora, Portalegre e Porto.

Contudo, no último decénio estudado, praticamente só se mantêm atractivas as áreas distribuídas de um e de outro lado dos rios Tejo e Douro, embora o seu vigor tenha decrescido em vários concelhos e invertido o sentido noutros, porque «a abertura de novas vias de comunicação e as facilidades concedidas pelos transportes urbanos, conjugados com a crescente invasão dos centros citadinos por estabelecimentos comerciais e hoteleiros, repartições públicas e administrações de empresa, forçam os lisboetas e portuenses a procurar na periferia solução para os problemas habitacionais que os atormentam». Não será pois por acaso que a construção e obras públicas foi o sector de maior crescimento entre 1950 e 1960... (4 p. 100 contra 1,8 p. 100 no decénio anterior), cabendo as taxas de crescimento distritais mais elevadas a Setúbal e Lisboa (1,1 p. 100), a Bragança (1 p. 100), ao Porto, Aveiro e Leiria (0,8-0,7 p. 100). Nem em todos eles estas taxas se deverão exclusivamente àquele sector, mas é sintomático que os distritos que tinham tido maior crescimento, durante o decénio em que a indústria transformadora mais se desenvolvera, tenham sofrido tal quebra de crescimento quando ela passa a desempenhar, no país, um papel recessivo relativamente ao da construção civil e obras públicas. TRIGO DE ABREU resolveu a perplexidade que daqui decorre, admitindo que o trabalho industrial, em declínio relativo, teria sido compensado, pelo menos em parte, «pela adopção de técnicas-capital intensivas»^(*) aplicadas ao outro sector. Assim supõe ter superado o irracionalismo de um desenvolvimento global da economia que fez passar o esforço da industrialização à frente do das infra-estruturas.

De qualquer modo, Lisboa e Porto detinham, em 1960, um em cada grupo de quatro portugueses, conquanto há um século essa relação fosse de um para oito. Ainda assim, um tal desenvolvimento foi, como já se viu, insuficiente, para obstar à sangria da emigração. O facto de serem os únicos distritos que apresentam constância no poder de atracção demográfica revela só que «as possibilidades de fixação interna são, pois, extremamente diminutas face à avalanche das repulsões», e por isso, entre 1951 e 1960, emigram oito em cada dez portugueses repelidos das terras de origem, por falta de empregos. Aliás, tendencialmente este

(*) *Ob. cit.*, p. 73.



registadas nas várias freguesias.
40 anos;

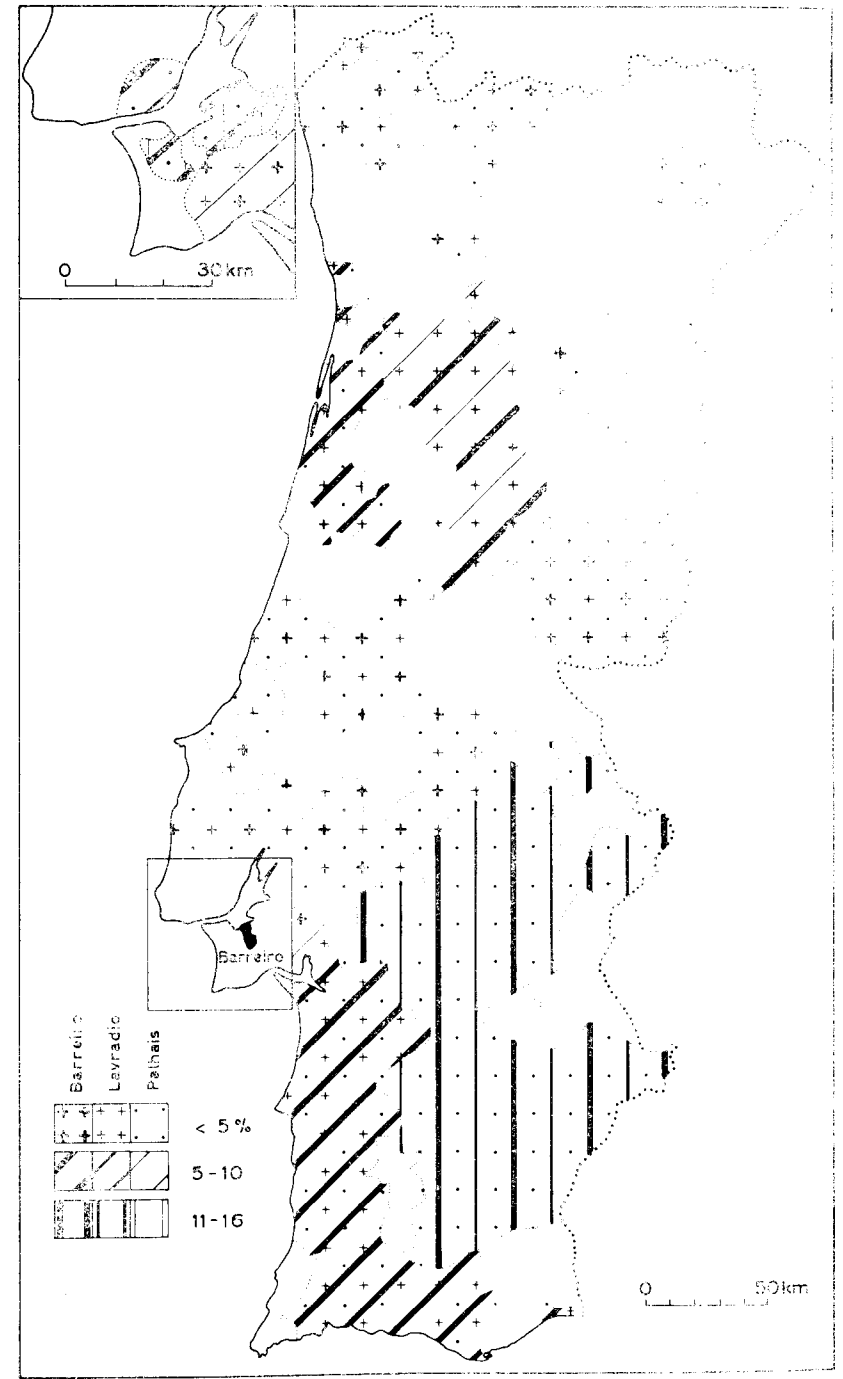
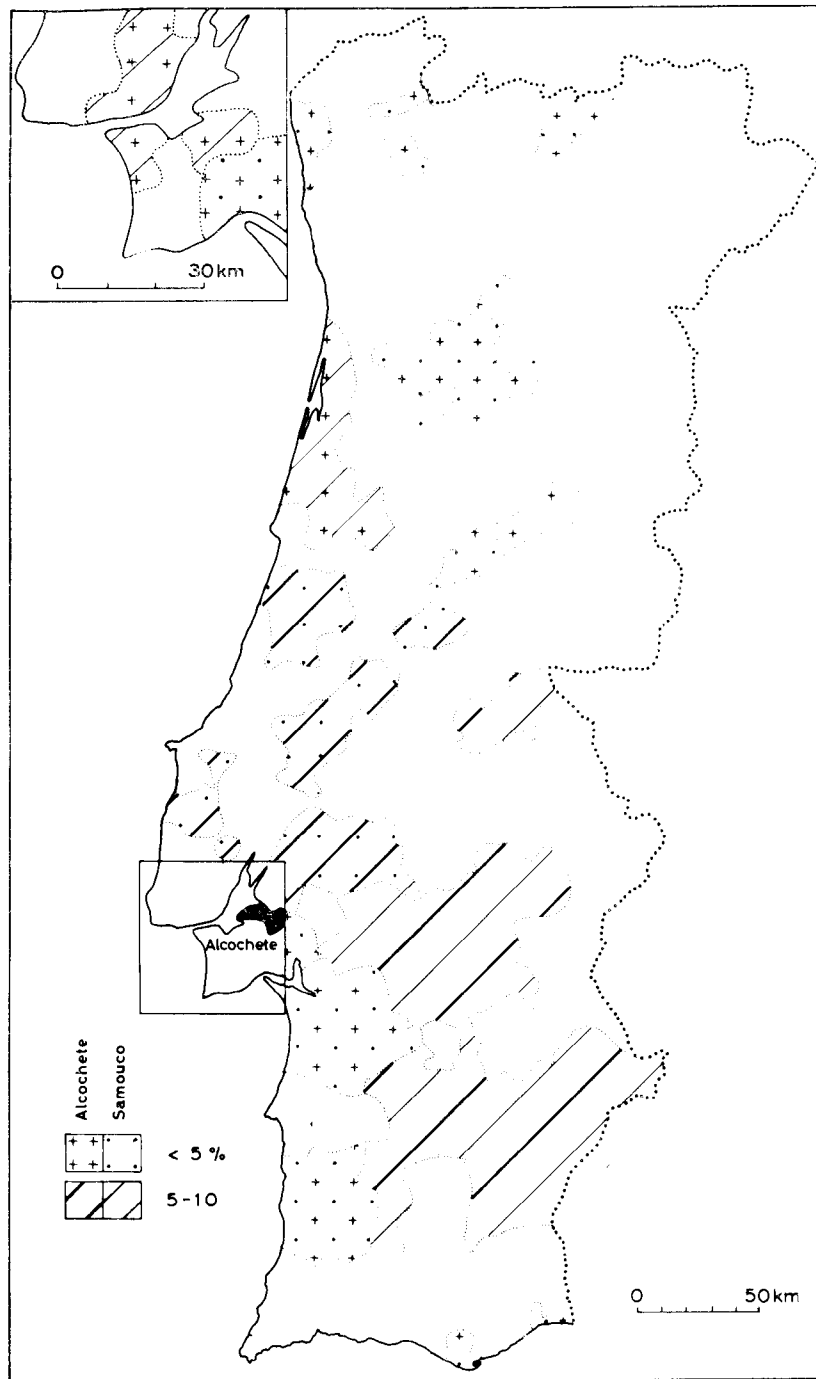


Fig. 1 — Distribuição quantitativa do somatário dos pais, estranhos à Margem Sul do Estuário do Tejo, das crianças. Amostragem referida ao período de um século e ao somatário dos adultos de entre os 20 e os 40 anos. A base de amostragem é correspondente, em geral, a 10 p. 100.

«apronta-se a perder pelo menos tanto entre 1960-1970 a favor do estrangeiro como ao longo dos últimos quarenta anos», sobretudo a favor, como ALARCÃO reconhece, dos amplos mercados de trabalho da Europa. Prová-lo-á decerto a análise dos dados do último recenseamento.

Uma tal «erosão humana», como lhe chama o autor, está a processar-se de um modo exorreico, designemo-la assim, por se fazer em função do exterior. E isso apesar dos obstáculos levantados «através da cortina de textos legais ou do simples impedimento da emigração ('legal') de certas categorias de trabalhadores. Assim se procura resolver, em suas consequências, os problemas do mundo de trabalho português sem atacar, a fundo, as causas do mal» (p. 89). O próprio poder de atracção irrisório das cidades de província, como ALARCÃO reconhece, é ainda estimado com largueza porque elas constituem, por vezes, «escalões intermédios nos processos de mobilidade geográfica e sócio-profissional das populações» (p. 202), cujas metas são Lisboa ou Porto, cada vez menos, ou o estrangeiro, cada vez mais.

Este inteligente trabalho, em que os apuramentos foram acompanhados pela reflexão indispensável à abertura de novos caminhos de pesquisa e, sem dúvida, apoiada em ilações gerais extraídas de situações similares à escala do Globo, ganharia didacticamente com uma elaboração mais cuidada, sobretudo na conversão dos quadros mais importantes em gráficos e numa síntese circunstanciada das conclusões esparsas ao longo das sucessivas análises. Em contrapartida, a cartografia que ilustra os apuramentos, a nível de concelho, parecem-nos ser extremamente feliz, pelo que se torna evidente para o geógrafo a sugestão de uma dinâmica à imagem de uma climatologia sinóptica⁽⁶⁾. Por isso, designámos por centros de divergência, pelo carácter repulsivo do fenómeno que traduzem, os que se definem pelo traçado de curvas de frequência migratória negativas. Por seu turno, os de convergência mais ou menos acentuada não deixam de nos sugerir que a atracção que exprimem se correlaciona com os mais próximos centros divergentes. Os caminhos da mobilidade não podem, porém, decorrer, como na climatologia, simplesmente das relações estabelecidas mecanicamente entre os centros de divergência e os de convergência. Serão antes determinados pela organização das comunicações humanas — vias internas —, o que só poderá ser decifrado por estudos de pormenor.

3. *Resultados convergentes de um estudo geográfico.* — O interesse com que acolhemos o trabalho de ALARCÃO, ainda antes de lhe conhecermos o conteúdo, resulta de ele vir ao encontro da pesquisa que acabáramos de efectuar em ordem ao estudo geográfico da Margem Sul do Estuário do Tejo, que é sede, como antes nos apercebêramos, da mais poderosa dinâmica demográfica do País, facto que estes apuramentos exaustivos vieram confirmar. Pela aplicação de um método indutivo, ao

⁽⁶⁾ A ideia não será nova; integra-se na perspectiva geral de deduzir, do mesmo modo, factos humanos e físicos a partir de situações gerais. Veja-se, por exemplo, em volumes precedentes desta revista, CARLOS MEDZEIROS, «Geografia Teórica», *Finisterra*, 1, 2, Lisboa, 1966, pp. 257-267.

contrário do de ALARCÃO, partindo do «levantamento» de arquivos dos registos civis dos seis concelhos ribeirinhos que constituem esta zona, determinámos a proveniência de gente (7) que vem ocorrendo às várias freguesias, desde os fins do século XIX. Um tal levantamento (8) incidiu nos anos correspondentes aos dos recenseamentos da população, precisamente para permitir, segundo outro ângulo, o confronto entre números globais e parciais, embora tivéssemos prosseguido a análise em relação ao ano de 1970. Por outro lado, reduz-se ao mínimo a viabilidade de um mesmo homem aparecer várias vezes no registo de sucessivos filhos, já que dez anos nos parece ser intervalo de tempo suficiente para minimizar as possibilidades de erro em função de tais circunstâncias.

Os mapas resultantes da elaboração daqueles dados explicitam, na figura 1, a quantificação dos afluxos e dão conta, na figura 2, através de símbolos cronológicos, das datas em que, pela primeira vez, se detecta a existência de naturais dos concelhos em cuja sede o símbolo se centra. Assim se induz da antiguidade ou da modernidade dos afluxos provenientes de diversas áreas em que se cruzam as influências das várias freguesias da Margem Sul do Estuário do Tejo. Como ALARCÃO afirma, também não nos subsistem dúvidas de que o fenómeno das repulsões rurais, de que Lisboa e as áreas arrabaldinas, como esta, em boa parte aproveitam, se constitui «à maneira de gotas de água» pouco a pouco organizadas em escorrência concentrada nas vias de comunicação que lhes são dirigidas (9) (fig. 3). As proporções de forasteiros dos vários espaços que elas axiam são entretanto variadas. As manchas que as representam, em percentagens, reportam-se, pois, às regiões tomadas neste sentido, embora os limites possam coincidir grosseiramente com os distritais. Assim nos apercebemos do mecanismo da atracção de gente, ao longo do tempo e no espaço, de que agora interessa salientar apenas os seguintes aspectos, síntese das imagens que os mapas exprimem, socorrida embora por uma longa investigação feita com outra finalidade:

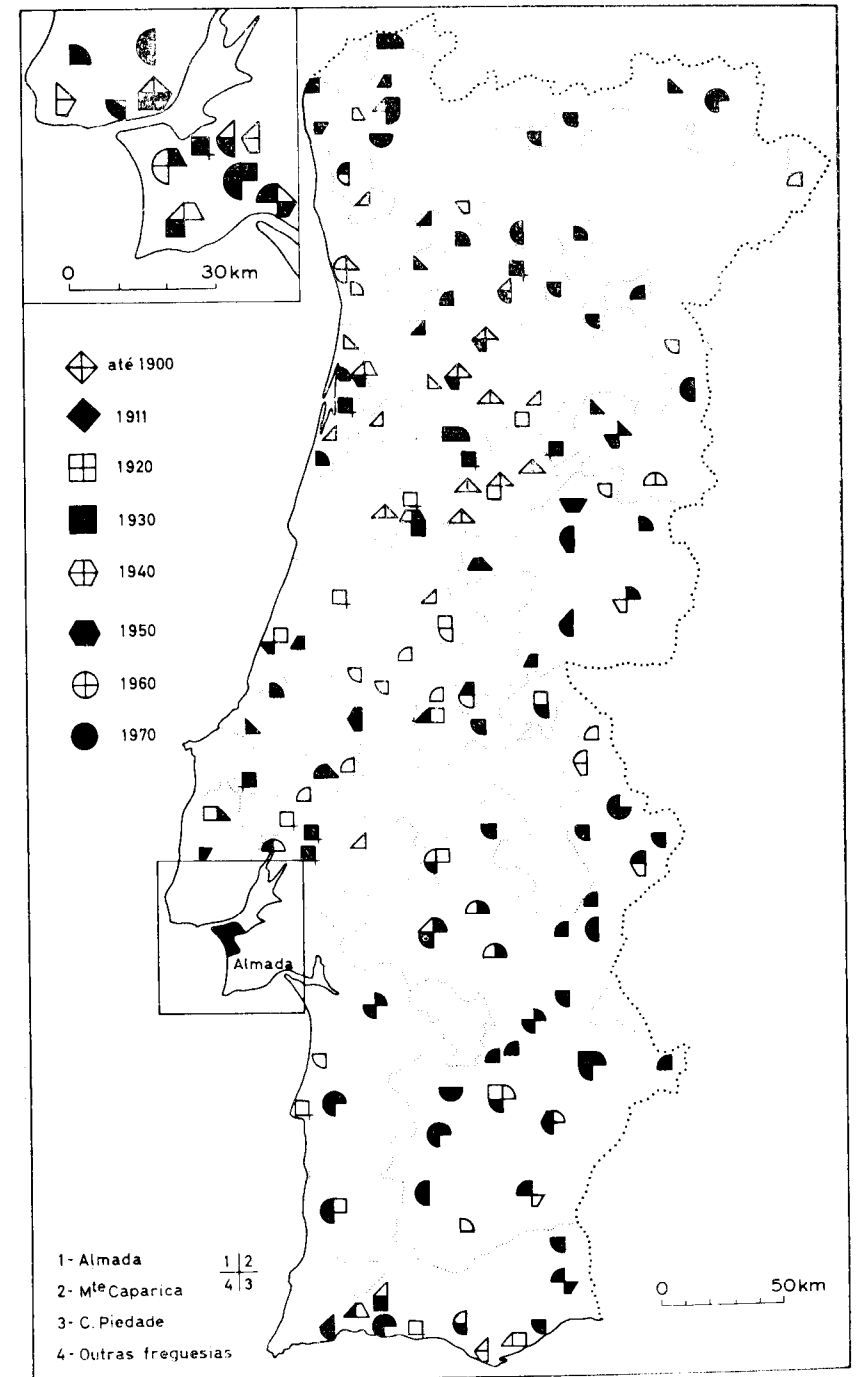
1. Na Margem Sul do Tejo, as migrações não se fizeram simultaneamente sentir em todos os locais nem a favor dos mesmos estímulos económicos.
2. As províncias do País de maior antiguidade na representação da gente que se fixou nos locais a que chamaremos de recepção (10) foram as Beiras Alta e Litoral, *grosso modo* correspondentes aos distritos de Viseu e de Aveiro, e incidindo respectivamente nos

(7) Pais de crianças registadas nesses anos.

(8) Evidentemente que se trata de uma amostragem que constituímos em qualquer data e freguesia analisada numa base correspondente a 10 p. 100 da população adulta jovem.

(9) Hipótese confirmada pelos contactos estabelecidos directamente através de múltiplas entrevistas com variados elementos das populações locais.

(10) Considerando assim aqueles em que efectivamente ela fixou residência, sendo disso prova o registo do nascimento dos filhos e a declaração das moradas dos pais.



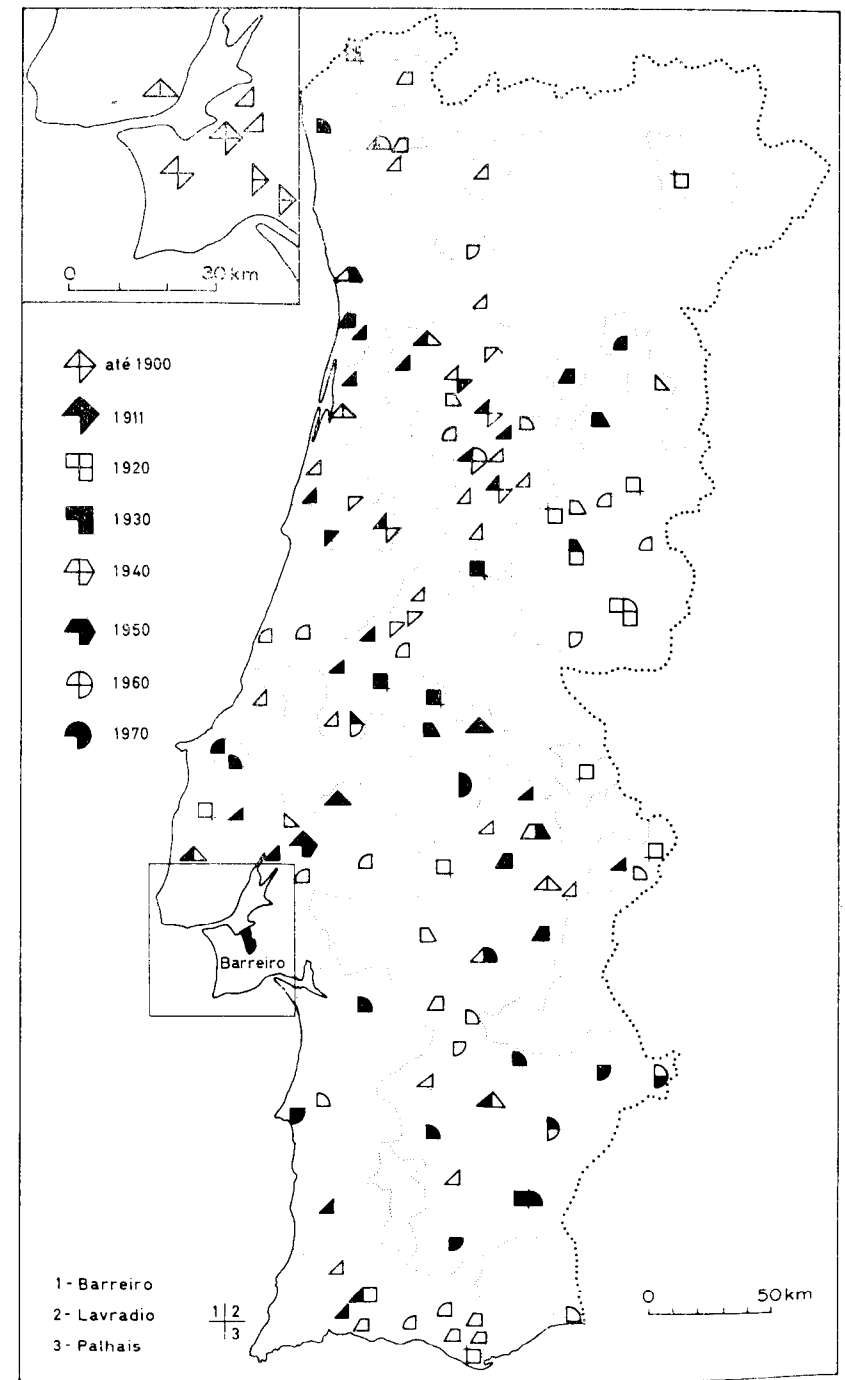
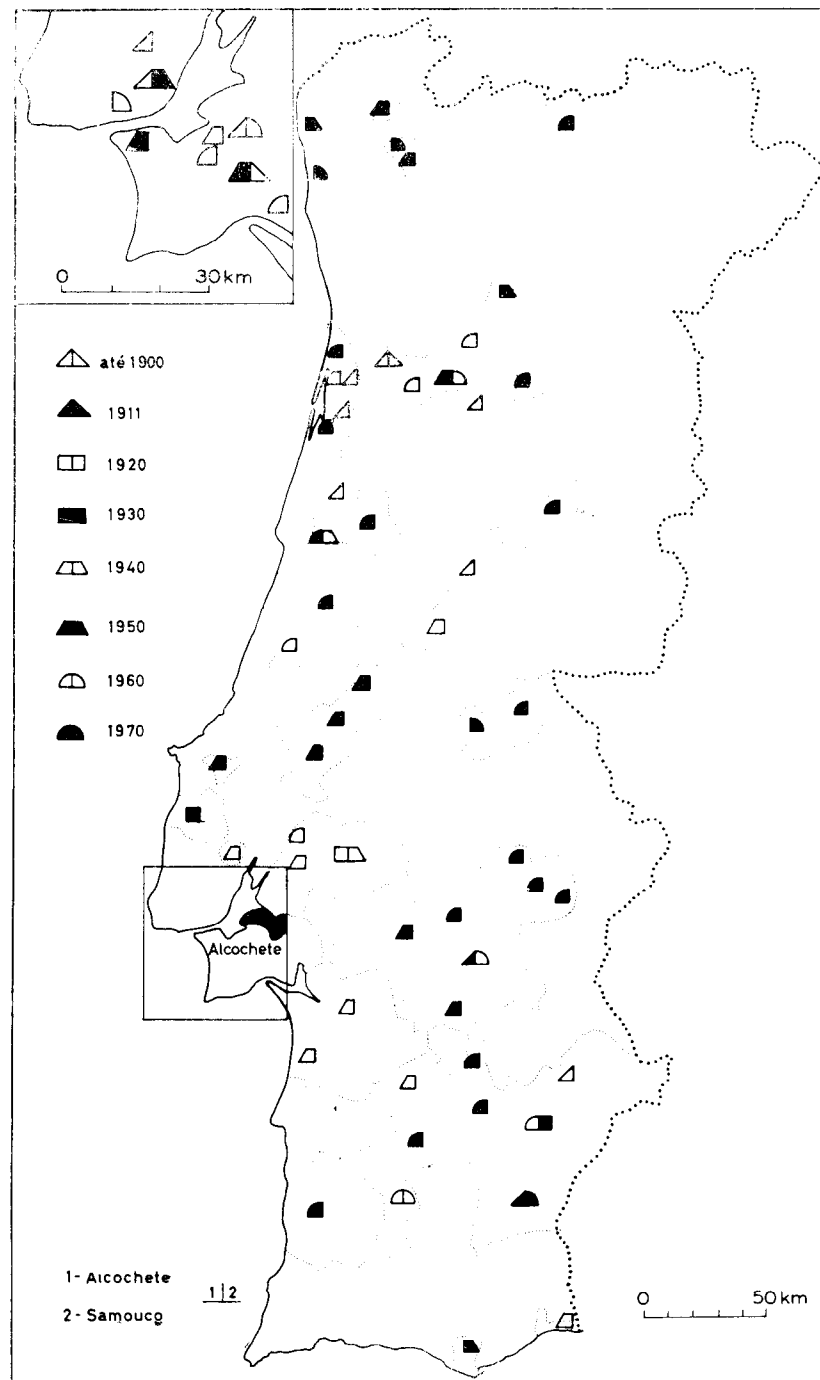


Fig. 2 — Datas de aparecimento, na amostragem, dos primeiros forasteiros. Os símbolos centram-se na

concelhos de entre Almada e Moita e nos de entre Moita e Alcochete; *com excepção destes beirões, a afluência de nortenhos revelou-se medíocre.*

3. Nos locais onde existe indústria corticeira, a *vinda de algarvios e de alentejanos da faixa litoral ou da periferia da Serra do Algarve detecta-se a partir de datas próximas às de fixação das primeiras fábricas* (desde os fins do século XIX, rejogando na actualidade em épocas favoráveis de conjuntura económica internacional ou de difusão de novas comunicações internas).
4. Exceptuando os casos em que tal facto ocorre, a *vinda de sulistas, sobretudo de alentejanos do interior, é recente* (posterior a 1940), *mas intensa como nenhuma o fora antes.*
5. Apenas em Almada (concelho) esta afluência é mesmo moderna, intensificando-se só a partir de 1960; mesmo assim tende a sublevar as características que, de há um século, aqui assumiram os afluxos: *recepção de gente de todo o país, nomeadamente de nortenhos de qualquer área*, embora em diversas proporções relativas.
6. Uma tal singularidade não pode deixar de servir de indicador do carácter *sui generis* do desenvolvimento de Almada no contexto da Margem Sul do Estuário do Tejo: a sua dinâmica demográfica é reflexo *directo* da de Lisboa, onde a via férrea do Norte, desde há sensivelmente um século, traz provincianos de todas as partidas que serve — e até galegos.
7. Pelo contrário, nas freguesias dos outros concelhos foram os mecanismos económicos locais mais persistentes que determinaram os níveis mais importantes de representatividade no total dos provincianos que contém. Em certos casos houve outrora relação voluntariamente estabelecida entre o tipo de trabalho garantido e a proveniência de gente que, em grande parte, o executava. Eram de facto empresários agrícolas e industriais, ou quem os representasse, que solicitavam a mão-de-obra localmente escassa. Hoje, o Alentejo é o grande alfobre de migrantes que espontaneamente acorrem às vilas ribeirinhas do Tejo que rematam as rotas do Sul. Como os empregos são criados em função da existência de Lisboa ou do seu porto, também a dinâmica demográfica correlativa é, ao contrário da de Almada, reflexo *indirecto* da daquela cidade.

Há assim como que duas vagas humanas que se recobrem em toda a zona hoje suburbana: uma que provém do próprio estuário, por onde penetra parte da população que acorre a Lisboa e que Lisboa espontaneamente redistribui, outra que irradia sobretudo do *terminus*, no Barreiro, da via férrea, que veicula o êxodo rural do Alentejo. Evidentemente que, no processo de se recobrirem, ambas (de nortenhos e sulistas) entram na composição demográfica de todas as vilas, variavelmente conscante a interferência e a antiguidade dos mecanismos económicos. De qualquer das formas, não é de mais insistir que os nortenhos, que não sejam do distrito de Viseu, se encontram hoje só em número irrisório, mesmo os da Beira Litoral, que de há muito cessaram de ter significado e que, nas freguesias a que acorreram, acabaram por se diluir na massa muito densa de imigrantes alentejanos que se lhes sobreveio. Quer dizer: com excepção de uma vasta área que consideramos de «charneira» entre as que sofrem as atracções do Porto e de Lisboa — a Beira Alta —, é de facto o Alentejo que deixa que a sua população seja sorvida pelas solicitações, a que pode corresponder, existentes nesta zona suburbana de Lisboa. Supomos que um estudo desta natureza efectuado na zona do Porto não deixaria de constituir a contraprova desta asserção ⁽¹⁾. Enquanto isso não ocorrer, temos de nos firmar, em termos de generalidade, na hipótese de que o jogo das massas da população portuguesa, que se movimenta no mecanismo de atracções e repulsões internas, se pode tratar como o das massas de ar, com a limitação que decorre do facto de os caminhos que a veiculam serem rotas perfeitamente definidas. Seguramente que com esta afirmação não pretendemos dizer, nem seria viável que alguém o admitisse, que a gente que constitui o «caudal» do êxodo não provenha de lugares díspares nos contextos concelhios. Uma via férrea não polariza as partidas como um todo, mas em função das estações a que concorrem os vários caminhos do êxodo. Mais precocemente, ao que supomos, nas regiões em que de há muito existe uma densa rede tributária de caminhos vicinais, mais tardia nas que foram penetradas pelas modernas estradas, todas podem hoje ser percorridas por transportes colectivos, servindo percursos variáveis e nem sempre longos, porque os transportes dependem de empresas, as empresas dependem de interesses e nem sempre eles se coadunam com o desejo de partida dos homens de trabalho. Sempre que estes ficam entregues aos próprios meios, não lhes é fácil deslocarem-se a distâncias que excedam largamente a sua experiência do espaço.

Daí que todo o interior norte do País ignore praticamente a solicitação da *linha* que rumo a Lisboa, a favor da *fronteira* ⁽²⁾ com a

⁽¹⁾ Aliás, a norte e a sul do Porto, Braga e Aveiro constituem metástases com certo poder económico que não deixam de coadjuvar a dinâmica do Porto, sobretudo durante o último decénio. A. TRIGO DE ABREU salienta-o.

⁽²⁾ De um relatório do administrador do concelho de Mondim da Beira, redigido em 1885 e transcrito por MIRIAM PEREIRA em «Demografia no século XIX», *Análise Social*, vol. VII, n.ºs 25-28, 1969, pp. 85-117, extraímos, das pp. 107 e 108, as indicações seguintes, que nos esclarecem da antiguidade duma tal organização: «Existe neste concelho a emigração clandestina como em quase

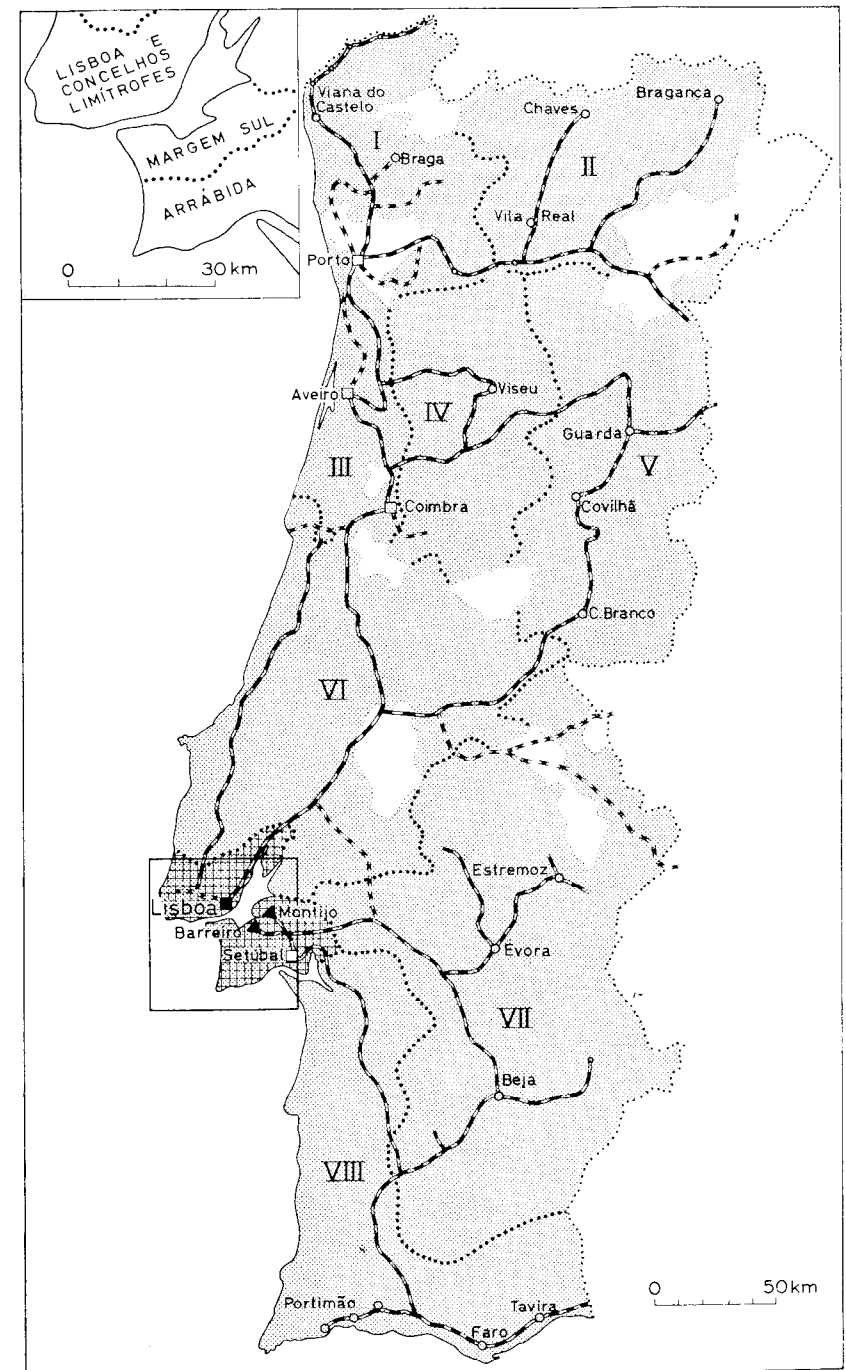


Fig. 3 — Áreas de proveniência dos imigrantes. I — Minho; II — Trás-os-Montes; III — Beira Litoral; IV — Beira Alta; V — Beira Interior; VI — Vale do Tejo; VII — Alentejo Interior; VIII — Alentejo Litoral e Algarve. Em cartão: pequenas regiões da periferia de Lisboa. Em itálico: as designações que coincidem com a indicação tradicional de províncias. O ponteadado indica as respectivas charneiras; os símbolos em branco, estações de partida, e os pretos, estações de afluência a Lisboa.

Espanha, que de há muito a exerce. Sem dúvida que é mais fácil emigrar-se dos lugares que lhe ficam próximos, quando o processo é a clandestinidade ou o contrabando de homens, pelo engajamento. Mais do que à ilegalidade, este corresponde à urgência de partir sem se olhar para trás e sem se sofrer a dolorosa sensação de perder dias e trabalhos à espera de uma permissão que demora. Pela fronteira, pois, se passa frequentemente a Espanha, donde se ruma aos vários mercados estranhos, e isso explica a modéstia com que a gente das suas proximidades participa nos rumos de Lisboa e do Porto.

Reconhecemos que é sempre fácil apontarem-se casos de braganzinos ou outros que vivem e trabalham em Lisboa, sobretudo ultimamente, com as obras de construção civil de grande padrão. Mas uma teoria é *geral*, apoiando-se, pois, em maiorias significativas e não em casos excepcionais, que, face à regra, a confirmam. A pesquisa de que damos conhecimento resultou num largo cômputo, que, como pode ver-se pelos mapas, entrou em linha de conta não só com as quantidades somadas ao longo de quase um século (porque o fenómeno da constituição das repulsões é disperso: nisto voltamos a insistir), como também com as datas em que a origem dos concelhos representados se afirma pela primeira vez no apuramento. Estatisticamente há, pois, possibilidade de apreciação coadjuvada com a perspectiva temporal, e por aí se vê que só o mapa relativo ao concelho de Almada não estará em desacordo com as conclusões a que JOÃO EVANGELISTA⁽¹³⁾ foi conduzido, através dos inquéritos realizados em vários estabelecimentos

todos os do país. Manifesta-se especialmente com os indivíduos incursos no recenseamento militar, para os quais há companhias de engajadores perfeitamente organizadas. Têm estes primeiros, segundos e terceiros agentes. Em geral, o primeiro agente reside em Lisboa ou no Porto, tem uma escrituração perfeitamente regular para este género de mercadoria e encarrega-se de dirigir os engajados até ao momento do embarque. Faculta os passaportes e de todos estes serviços tem um lucro exorbitante. O segundo engajador reside na província, é geralmente proprietário de uma casa comercial; da sua mão recebem os engajados o dinheiro para pagarem a passagem, para o comboio e para despesas [...]. O terceiro engajador é o agente activo de todo o contracto; com ele tratam pessoalmente os engajados e famílias.

É ele que dá ao engajado uma espécie de cheque sobre o segundo engajador e carta de recomendação para Lisboa ou Porto.

Estes agentes têm comissões de todas as companhias marítimas de transporte e uma correspondência em regra com o agente de Lisboa [...]. Da forma por que se acha organizada esta torpíssima exploração, esta escravatura de carne branca, não é fácil a qualquer autoridade coibi-la ou castigá-la. — Mondim da Beira, 27 de Novembro de 1885. — O Administrador do Concelho, *José de Vasconcellos Noronha Meneses Júnior*.

Lisboa e Porto não deixavam de ser, já na altura, centros solicitadores de mão-de-obra, a que entretanto não saldavam, em sanidade e bem-estar, a dívida de construir com ela as suas indústrias mecanicistas. O estudo citado desenvolve esta ideia, apoiando-se em testemunhos contemporâneos de muito interesse atribuídos a OLIVEIRA MARRECA.

(13) Almada revela, portanto, um comportamento idêntico ao de Lisboa, mau grado a maior proporção de beirões da mais geral proveniência, o que constitui um facto estrutural da dinâmica dum vasto sector da Margem Sul do Estuário do Tejo.

Cita-se de JOÃO EVANGELISTA «O Homem do Campo nas Profissões da Cidade», *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, n.º 13 (1962) e 15 (1964). Não recenseamos aqui a sua obra mais recente, *Um Século da População Portuguesa (1864 a 1960)*, Lisboa, 1971, por ter sido editada posteriormente à elaboração desta nota.

de ensino lisboetas. Mas ainda assim se sente como a afluência de alentejanos vem diluir a participação de nortenhos das mais díspares províncias. Não podemos, pois, aceitar que o avolumar da atracção de Lisboa se possa fazer em função do declínio da do Porto, pois os nortenhos se encontram em retrocesso na *Outra Banda* de Lisboa ⁽¹⁴⁾.

A terminar, ocorre-nos confrontar as duas atitudes científicas que temos vindo a focar. A que conduz à realização de um trabalho sistemático, como o de ALARCÃO, fica mais aquém do conhecimento concreto dos fenómenos do que um estudo parcial de carácter indutivo como aquele a que procedemos. Em contrapartida, aquele vai mais longe na formulação dos princípios teóricos gerais e na possibilidade de detectar conjunturas de carácter global.

Paradoxalmente, aquele autor procurou fazer do seu livro um instrumento de trabalho em estudos de regionalização, isto é, de acção em programas regionais, quer as regiões sejam concebidas economicamente como polarizadas ou homogéneas. Percebe-se como ele define uma situação à escala do país, parâmetro a ter em conta na conversão de qualquer delas em região-programa. Mas os planos só têm viabilidade de êxito com o prévio conhecimento exacto das tendências concretas e quer-nos parecer que o rigor indispensável a esse fim terá de ser conduzido a partir de uma óptica indutiva e de estudos regionais de pormenor. Apesar de ser, portanto, explicitamente um livro de boa vontade, *Mobilidade Geográfica da População de Portugal* é intrinsecamente um rigoroso exercício de ciência teórica, o que de forma alguma limita o seu valor.

M. ALFREDA CRUZ

⁽¹⁴⁾ Quer-nos parecer que a hipótese que repudiamos pode, conscientemente ou não, escor-se na que, de um outro ângulo, defende a macrocefalia de Portugal, em proveito de Lisboa. Ainda recentemente FRANÇOIS BENHAMOU (in *Étude Géographique du Tertiaire Supérieur à Lisbonne*. Mémoire de maîtrise spécialisée de Géographie Urbaine, Paris, 1969, original dactilografado) a contesta, afirmando que entre 1962 e 1967 os crescimentos, em percentagem, do Porto e de Lisboa foram, em vários domínios, os seguintes:

	Lisboa	Porto
Sociedades	14	12
Capitais	127	197
Empregos	41	44
Salários	214	245

Estes dados servem de índices comparativos da evolução de duas áreas pequenas à escala do país, mas de capacidades dinamizadoras importantes, que, apesar de não se equivalerem — porque são muito diversas as bases dos cálculos de variação —, não denotam ter sofrido evoluções díspares naqueles domínios fulcras.